

Fronteiras subjetivas: sobre suas construções e possibilidades de travessias ¹⁵²

Tiago da Silva Porto¹⁵³

Dois eventos traumáticos recentes abriram, como fraturas expostas, os corpos de duas sociedades adoecidas. Embora ambas sociedades sofram da mesma patologia, as estruturas de seus corpos são bastante distintas, o que acarretou flagrante diferença nas consequências.

O primeiro evento se deu em maio deste ano nos EUA com o assassinato de George Floyd pela polícia de Mineápolis. A execução por asfixia, filmada quadro a quadro, gemido a gemido, viralizou globalmente e disparou um gatilho. Cidades de todo o mundo, antes paralisadas pela pandemia, amedrontadas, com suas populações isoladas, viram suas ruas vazias serem subitamente tomadas por grande movimento em protesto contra a violência racial.

O outro evento traumático ocorreu há apenas 6 meses em nossa cidade. Evento muito mais sinistro tanto pelo número de vidas envolvidas como pela baixa repercussão, embora tenha havido também farta filmografia da violência escancarada. Cerca de 5 mil pessoas que estavam em uma festa que acontecia nas vielas da comunidade de Paraisópolis, foram subitamente jogados pela polícia em uma armadilha mortal. Dispersados por bombas e balas foram encurralados em vielas e becos estreitos, onde foram paralisados e espancados. Saldo final de 9 mortos, todos negros.

Parece evidente que o racismo é uma patologia constitutiva tanto da sociedade norte-americana como da sociedade brasileira. Mas a partir dos eventos acima nos parece também evidente que o racismo se estrutura e gera reações distintas nestas sociedades. Basta atentarmos que os policiais norte-americanos foram presos em seguida, ao passo que os policiais brasileiros nem sequer foram ouvidos pela justiça, ainda. Cabe lembrar que polícia não é entidade autônoma em uma sociedade, ela é o braço de violência legitimada desta.

Para além das diferenças históricas e econômicas concretas que determinam a natureza distintas destas sociedades, proponho nos aproximarmos

¹⁵² Trabalho apresentado na mesa “Cidade em movimento: fronteiras e travessias” no II Simpósio Bional SBPSP “Fronteiras da Psicanálise: a clínica em movimento” no dia 29 de agosto de 2020.

¹⁵³ Médico pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Psicanalista membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e do Departamento de Psicanálise do Instituto *Sedes Sapientiae*.

de algum entendimento subjetivo, não só da apatia, como de nossa naturalização desta violência enquanto sujeitos e sociedade, tomando como eixo de pensamento o racismo estrutural. Porque apesar dos inúmeros atos raciais brutais cometidos pelo Estado em nosso país, estes corpos não se tornam passíveis de luto pelo corpo da sociedade brasileira?

Na sociedade brasileira o racismo é pré existente ao sujeito, onde vai se tornar alicerce firme para este sujeito erguer fronteiras que o protejam de sua vulnerabilidade. Fronteiras essas que nos colocam não só como passivos observadores silentes, mas como atores políticos ativos neste jogo de exclusão, violência e morte frente a estes corpos jogados à abjeção.

II

Em trabalho anterior (2016), traço um caminho para possível compreensão da intolerância ao outro não decorrente da diferença, como comumente pensado através da elaboração freudiana do ‘narcisismo das pequenas diferenças’, mas sim decorrente do horror ao semelhante. Horror à parte de nós mesmo que foi expulsa, mas que nos recorda permanentemente de nossa vulnerabilidade. Esta parte expulsa de nós toma figurabilidade em corpos que jogamos para a abjeção. A partir da figura do “duplo” de Freud (2010) e da conceitualização do “abjeto” por Julia Kristeva (1982), a figura do “corpo abjeto” se apresenta como um lugar não corporificado, pois é mutante.

Para Kristeva o abjeto não é sujeito nem objeto, é uma forma de primeiro não Eu. O abjeto é uma ‘negação’ violenta que instaura o Eu, como se fosse uma fronteira. O abjeto, tendo sido expulso pelo sujeito, tomba de seu interior e se torna radicalmente um excluído deste. Todavia, este corpo não cessa de desafiar seu amo com sua existência a partir deste exílio, lembrando-o de sua vulnerabilidade e mortalidade.

Portanto, o que torna os corpos ‘corpos abjetos’ não é a ausência de limpeza, de saúde, de vida, mas sim aquilo que eles podem perturbar em uma identidade, em uma determinada cultura ou ordem. Os corpos abjetos provocam horror e medo pela sua mera existência ao ameaçarem as fronteiras e as regras.

Mas, paradoxalmente, a eleição destes corpos abjetos se torna fundamental para a existência do sujeito. Judith Butler (2009/2015) pensa o corpo abjeto em

sua dialética no campo social. Analisa a tensão conflituosa e irreduzível para o sujeito e para a sociedade, entre o abjeto necessário e o abjeto ameaçador.

O corpo abjeto, ao provocar o sujeito/sociedade permanentemente do lado de fora, permite que se construam no imaginário fronteiras que, ao se permanecer dentro destas, cria-se a fantasia de imunidade e invulnerabilidade. Fantasias de uma identidade coesa dentro de suas fronteiras, com sistemas e regras protetoras, que embora provenientes de um imaginário alienante, são confortadoras.

Portanto, os corpos abjetos não são excluídos por serem vistos sem predicados, tampouco porque uma sociedade em um acidente de percurso foi tomada por um alto grau de cegueira, mas sim porque eles foram produzidos para e a partir de objetivos específicos.

O corpo abjeto vai se situar precisamente naquelas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do inabitável é necessário para que o domínio do sujeito e suas fronteiras seja circunscrito.

O corpo abjeto não é o outro. São os corpos que não fazem sentido em uma determinada matriz cultural. São corpos que em sua performatividade abjeta e provocadora, como frequentemente se prestam negros, homossexuais, transexuais, imigrantes, andarilhos, doentes mentais, enfim, toda uma infinidade de corpos que de seu lugar poderá desequilibrar sujeito/sociedade “normal”.

O que se passa com a sociedade brasileira não é simples passividade frente à violência contra parte de sua população. Não foi por acaso que nossa sociedade elegeu este atual governo. Este ator político oferece representatividade à sua subjetividade, tendo o racismo como pilar ideológico e a morte como forma de gestão. Para que nossa sociedade, com seus corpos passíveis de vidas que importam, sustentem suas vidas frágeis e suas identidades enganosas, torna-se necessário que ela expulse e negue a outra parte dela mesma.

III

Pensar as fronteiras hoje marcadas pelo racismo estrutural em nossa sociedade apenas como uma herança filogenética, é uma forma de nos desresponsabilizarmos pela nossa história individual e pela posição ativa como

sujeitos excludentes e violentos, que buscam sustentar suas frágeis identidades. O racismo é uma ideologia que ontologicamente sustenta um Eu cambaleante, ao se oferecer como alicerce sólido para a criação e expulsão dos corpos abjetos.

O racismo, assim como o machismo, o capitalismo, a heterossexualidade compulsória, apresenta-se como um dos discursos hegemônicos de poder que colonizam nossa subjetividade. Evidente que todas essas formas de discursos contribuem para a construção do corpo abjeto e, ao se interseccionarem, aumentam muito sua vulnerabilidade.

A ideia de colonização das subjetividades surge com o psiquiatra Frantz Fanon (2008), em parte como resposta a tese do psicanalista Octave Mannoni de que haveria condições psíquicas pré-existentes inerentes a certa população que facilitaria a colonização. Fanon alerta que a violência do colonizador pode se dar tanto de forma direta (econômica e politicamente), como pode ser exercida sob a forma de uma racionalidade, uma ideologia.

O racismo é uma destas formas de racionalidade, onde um conjunto de corpos são marcados como subalternos pelo colonizador. Essa racionalidade é impressa no discurso do dominador, onde é dito ao dominado que aquilo que ele enxerga como real não é real, acarretando várias modalidades de dissonâncias. Estas discordâncias e desmentidos atuam colonizando as subjetividades tanto cognitivamente, como estética/existencialmente, causando forte impacto sobre o imaginário de um povo.

Pensar o racismo como parte organizadora de nossa subjetividade como sujeitos, nos joga também como atores ativos de exclusão e violência. O filósofo Achille Mbembe (2018) também nos alerta que o discurso da necropolítica é também introjetado em nossa subjetividade, não se reduzindo a uma ação concreta do estado. Instauramos a fantasia do inimigo interno. Assim como no modelo imunológico, onde o corpo estranho do vírus deve ser eliminado para manter o corpo saudável, temos uma vivência compartilhada de que nossos adversários são inimigos internos e que, portanto, devem ser eliminados para que nosso corpo/sociedade permaneça saudável.

O racismo é elemento constitutivo de nosso país e fortemente introjetado em nossa subjetividade. E como tal é sustentado ativamente através de uma vergonhosa desigualdade social fortemente racializada. Parte da sociedade brasileira se aliena na ideia de ser colonizador, embora seja também colonizado.

Quando esta parte, detentora das vidas que importam, realiza sua vulnerabilidade, a outra parte se torna abjeta.

Não me parece coincidência que durante uma pandemia se sobreponham as manifestações violentas do racismo estrutural. Inúmeros fatos nos ilustraram esta sobreposição macabra. Cito dois. A primeira morte por covid-19 no Rio de Janeiro foi de uma empregada doméstica, contaminada pelos patrões, que sobreviveram. Em outro episódio, uma criança negra desassistida despenca do nono andar de uma torre em Recife, enquanto sua mãe, também empregada doméstica, impossibilitada de se isolar, passeava com o cachorro dos patrões.

A pandemia não só jogou mais luz na desigualdade social e racial, como também colocou para operar com mais afinco o sistema de gestão necropolítica, ao oferecer condições de sobrevivência aos corpos vulneráveis sempre pautadas pelo mínimo.

A Covid-19 está longe de ser democrática. A ideia de que estamos todos na mesma tempestade é cruel, uma vez que os instrumentos para atravessar a tempestade são evidentemente muito diferentes. O vírus, por si só, não discrimina, mas nós certamente o fazemos, moldados por ideologias entrelaçadas em nossa subjetividade.

IV

E o que tem a psicanálise, psicanalistas e suas instituições com isso? Aqui cabe a provocação feita pelo psicanalista Paul Preciado (2019) se dirigindo para um auditório de psicanalistas:

“Hoje, meus queridos psicanalistas, é mais importante escutar os corpos excluídos pelo regime patriarcal colonial, que reler Freud ou Lacan.”

Escutar os corpos abjetos não é o mesmo que dar voz a eles. O analista deve estar atento, pois também pode ser responsável pela construção e manutenção de corpos abjetos e pela marcação e sustentação de fronteiras. Cabe ao analista buscar formas de fazer a travessia destas fronteiras subjetivas. Não só pela inclusão dos corpos vulneráveis, mas sobretudo no sentido de abandonar fantasias identitárias e teóricas também colonizadas, que podem se tornar agentes ativos de exclusão e violência.

Em que medida os referenciais culturais e epistêmicos da psicanálise dão conta de pensar a experiência do sujeito fora do discurso patriarcal-hetero-colonial, se as experiências destes corpos excluídos não forem problematizadas?

Para concluir, penso que a psicanálise é uma ferramenta útil para essa travessia em busca da desconstrução de fronteiras e de descolonização de subjetividades. A psicanálise é essencialmente anti-identitária e tem como norte uma pretensão desalienante. Caberá ao analista, como dito no início, ter a coragem para sustentar a provocação de seus referenciais epistêmicos propiciados pela escuta destes corpos

Resumo

Em evento trágico recente, que culminou com a morte de George Floyd, foi explicitamente exposta a violência de uma sociedade fortemente marcada pelo racismo. Este evento desencadeou globalmente uma forte onda de protestos anti-racistas, justamente em uma época onde toda a humanidade percebe sua vulnerabilidade ao ser tomada por uma pandemia. Em nosso país, eventos como aquele acontecem diariamente há décadas, com repercussões bem diferentes, com evidente normalização da violência por toda nossa sociedade.

O racismo é uma estrutura de poder que se apresenta por diversas formas. Além de sua concretude econômica e política, o racismo é um discurso que se apresenta como uma ideologia, a qual introjetamos, fazendo marcas profundas em nossa subjetividade. Esta introjeção encontra campo fértil em um sujeito que busca eleger a qualquer custo um corpo abjeto que o afaste de sua própria vulnerabilidade. Erguemos, portanto, fronteiras subjetivas de difícil transposição, onde o outro toma a forma de inimigo, para nos mantermos em uma ilusão de uma identidade coesa e não vulnerável. A psicanálise pode se apresentar como uma ferramenta útil para a travessia destas fronteiras e para a descolonização das subjetividades, desde que o analista se disponha a escutar estes corpos excluídos e tenha coragem para sustentar a provocação de seus referenciais epistêmicos advinda desta escuta.

Referências

- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Freud, S. (2010). O inquietante. In S. Freud. *Obras completas* (P. C. Souza, trad., Vol. 14). São Paulo: Companhia das Letras.
- Kristeva, J. (1982). *Powers of horror. An Essay on Abjection*. Nova York: Columbia University Press.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições.
- Porto, T. S. (2016). *A incômoda performatividade dos corpos abjetos*. São Paulo: Revista IDE 62 vol. 39.
- Preciado, P. (2019). <https://www.youtube.com/watch?v=UEkaKjUG7fY>